



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 49692-6/01 – Comarca de Recife

Agravante: Bompreço S/A – Supermercado do Nordeste

Agravado: Estado de Pernambuco

5527

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. ICMS. BACALHAU. PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT. IMPORTAÇÃO REALIZADA POSTERIORMENTE À REVOGAÇÃO DA ISENÇÃO RELATIVA AO PRODUTO SIMILAR. RECURSO IMPROVIDO DE FORMA UNÂNIME. 1. O Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT, de aplicação autorizada ao Poder Executivo pela Lei nº 313, de 30 de julho de 1948, assegura tratamento fiscal igualitário entre o produto nacional e o estrangeiro proveniente de países signatários do acordo, quando entre eles houver similaridade. 2. Segundo entendimento do STF, seguido pelo STJ, o similar nacional do bacalhau importado, tendo em vista sua inexistência em águas territoriais brasileiras, era o “peixe seco ou salgado”, para o qual existia regra isentiva prevista no Convênio nº 61/91, portanto, isento o similar nacional, igual tratamento deveria ser dispensado ao produto importado, por força da previsão contida no artigo III, da parte II, do supramencionado Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT. 3. Ocorre que, no âmbito do Estado de Pernambuco, ao contrário do que sustenta o recorrente, a isenção de ICMS ao peixe seco e salgado nacional vigorou até 01 de março de 1997, haja vista a modificação implementada no Decreto Estadual nº 14.876/91 pelo Decreto Estadual nº 19.631, de 13/03/1997. 4. Notadamente, na medida em que o peixe seco e salgado passou a ser tributado nas operações internas, em 01 de março de 1997, evidentemente também passou a ser tributado o bacalhau importado, vez que, de acordo com os termos do GATT, é assegurado ao produto importado de país signatário o mesmo tratamento dispensado ao seu similar nacional. 5. Na hipótese em apreço, observo que a importação do produto se deu em 30 de julho de



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

1997, isto é, já sob a égide da norma que revogou a isenção do tributo, razão pela qual se mostra perfeita a incidência do ICMS. 6. Recurso de Agravo improvido sem discrepância de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, do Recurso de Agravo nº 49692-6/01, em sessão realizada no dia 02 de 02 de 2010, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em negar-lhe provimento de forma unânime, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 02 de 02 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 49692-6/01 – Comarca de Recife

Agravante: Bompreço S/A – Supermercado do Nordeste

Agravado: Estado de Pernambuco

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em face de decisão monocrática que, com supedâneo no art. 557, §1º-A, do CPC, deu provimento ao Reexame Necessário em apenso, prejudicando o apelo, para reformar a sentença, que, por sua vez, concedeu a segurança pleiteada para determinar à autoridade impetrada que se abstenha de cobrar ICMS sobre as operações realizadas pelo impetrante com o bacalhau, identificado na fatura proforma nº 22434 de 30/07/97, tanto na sua importação como nas demais operações internas ou interestaduais, em virtude da vigência de cláusula de reciprocidade de tratamento a produtos similares nacionais de que trata o GATT.

Em suas razões, de fls. 02/07, alega o agravante que, na data da importação, o bacalhau se encontrava isento do ICMS por força do Convênio ICMS nº 121/95, que prorrogou a isenção concedida pelo Convênio ICMS nº 60/91 até 31 de abril de 1998.

Entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 02 de 02 de 2010

José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 49692-6/01 – Comarca de Recife

Agravante: Bompreço S/A – Supermercado do Nordeste

Agravado: Estado de Pernambuco

VOTO

Não merecem prosperar as alegações do ora agravante, senão vejamos.

Como já mencionado na decisão guerreada, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT, de aplicação autorizada ao Poder Executivo pela Lei nº 313, de 30 de julho de 1948, assegura tratamento fiscal igualitário entre o produto nacional e o estrangeiro proveniente de países signatários do acordo, quando entre eles houver similaridade.

O tratamento fiscal favorecido, contudo, depende daquilo que dispuser a norma tributária do país signatário para o seu implemento, assim, se o produto goza, nas operações internas, de isenção, redução de alíquota ou base de cálculo, crédito presumido ou qualquer outro incentivo ou benefício, o mesmo tratamento fiscal deve ser dispensado à mercadoria similar importada.

Por outro lado, se o produto nacional não goza de qualquer desses benefícios fiscais, não se poderá concedê-lo ao produto estrangeiro, sob pena de estabelecer-se um privilégio à importação em detrimento da produção e do mercado nacional.

Segundo entendimento do STF, seguido pelo STJ, o similar nacional do bacalhau importado, tendo em vista sua inexistência em águas territoriais brasileiras, era o “peixe seco ou salgado”, para o qual existia regra isentiva prevista no Convênio nº 61/91, portanto, isento o similar nacional, igual tratamento deveria ser dispensado ao produto importado, por força da previsão contida no artigo III, da parte II, do supramencionado Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT.

Ocorre que, no âmbito do Estado de Pernambuco, ao contrário do que sustenta o recorrente, a isenção de ICMS ao peixe seco e salgado nacional vigorou até 01 de março de 1997, haja vista a modificação implementada no Decreto Estadual nº 14.876/91 pelo



59
059

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Decreto Estadual nº 19.631, de 13/03/1997, através da qual o seu art. 9º, §14, II, V, "b", passou a ter a seguinte redação:

Art. 9.º - A partir de 1º de março de 1989 ou das datas expressamente indicadas neste artigo, são isentas do imposto:

(...)

§ 14 - O disposto no inciso XIX do 'caput' não se aplica:

(...)

V - relativamente a peixe seco:

b) a partir de 01 de março de 1997, a qualquer peixe seco, independentemente do grau de umidade.

Notadamente, na medida em que o peixe seco e salgado passou a ser tributado nas operações internas, em 01 de março de 1997, evidentemente também passou a ser tributado o bacalhau importado, vez que, de acordo com os termos do GATT, é assegurado ao produto importado de país signatário o mesmo tratamento dispensado ao seu similar nacional.

Na hipótese em apreço, observo que a importação do produto se deu em 30 de julho de 1997, isto é, já sob a égide da norma que revogou a isenção do tributo, razão pela qual se mostra perfeita a incidência do ICMS.

Impende registrar, por fim, que o STJ já se manifestou sobre a matéria em apreço em diversas oportunidades, tendo firmado entendimento ao ora esposado, senão vejamos as ementas abaixo transcritas:

TRIBUTÁRIO - ICMS - BACALHAU - IMPORTAÇÃO - PAÍSES SIGNATÁRIOS DO GATT - ISENÇÃO REVOGADA POR NORMA ESTADUAL - POSSIBILIDADE - CONVÊNIO 102/95 - PRECEDENTES.

1. Não obstante a isenção nas importações de pescados ter se estendido até 30.4.1999 (data em que expiraram as regras do Convênio 60/91), no Estado de Pernambuco - em particular - a isenção foi apenas até o dia 13.3.1997, data em que foi revogada, por norma estadual, a isenção nos produtos similares pernambucanos. 2. In casu, a importação ocorreu em 21.11.1997, posterior à revogação determinada pela norma jurídica do Estado do Pernambuco, revogada em 13.3.1997. 3. Precedentes: AgRg no REsp 964.833/PE, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, julgado em 8.4.2008, DJe 28.4.2008, EDcl no Resp 615.447/PE, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ 1.4.2008, Ag 1011503, Rel. Min. Mauro Campbell, DJ 12.11.2008). Agravo regimental improvido (AgRg no AgRg no REsp 953707 / PE, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, T2 - SEGUNDA TURMA, DJ 24/03/2009).



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

60
058

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ICMS. BACALHAU. PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT. IMPORTAÇÃO REALIZADA ANTES DA REVOGAÇÃO DA ISENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 71/STJ. PRECEDENTES. 1. O enunciado 71/STJ levou em consideração a legislação nacional que, à época, com base no Convênio 60/91, isentava de ICMS o pescado similar de origem nacional. Referido convênio vigorou até 30 de abril de 1999. A partir de então, tributado com ICMS o pescado nacional, não há fundamento para reconhecer se a isenção a favor do similar importado. 2. Destarte, o Decreto n. 14.876/91, do Estado de Pernambuco, editado com base no Convênio n. 102/95, também isentava o peixe seco da incidência do ICMS, fato que indiscutivelmente implicava exigibilidade de concessão de tratamento fiscal igualitário ao bacalhau, seu similar, quando importado de países signatários do GATT, hipótese em que é perfeitamente aplicável o verbete sumular n. 71/STJ. 3. Todavia, o referido benefício somente foi expressamente revogado naquele Estado a partir de 1º de março de 1997, tendo em vista as alterações promovidas pelo Decreto Estadual n. 19.631/97 no art. 9º do Regulamento do ICMS do Estado de Pernambuco (Decreto n. 14.876/91). 4. *In casu*, a importação do bacalhau foi realizada em janeiro de 1997 (fl. 03), isto é, antes da revogação expressa da isenção concedida ao peixe seco e salgado nacional pelo Estado de Pernambuco. Logo, tem aplicação o enunciado 71/STJ, visto que "o bacalhau importado de país signatário do GATT é isento do ICMS", porquanto conferida isenção ao similar nacional. 5. Agravo regimental não-provido (AgRg no REsp 964.833 - PE, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 08/04/2009)

Feitas essas considerações, voto pelo improvimento do presente Recurso de Agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 14 de 02 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator